

Resultado não contidos no PGN 2020

OE1 - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil

Responsável	Resultado em 2020
Coordigualdade	· Elaboração da Nota Técnica nº 01/20 para atuação do MPT em face de ações afirmativas para o enfrentamento do racismo estrutural;
Coordigualdade	· Elaboração da Nota Técnica nº 02/20 para atuação do MPT para a defesa de direitos da população LGBTQI+ no trabalho;
Coordigualdade	· Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 03/20 para atuação do MPT em face das medidas governamentais de contenção da pandemia da doença infecciosa (COVID19) para assegurar a igualdade de oportunidades e tratamento no trabalho para trabalhadoras e trabalhadores;
Coordigualdade	· Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 04/2020 para a atuação do MPT em face das medidas governamentais de contenção da pandemia da doença infecciosa (COVID19) para trabalhadoras e trabalhadores domésticos, cuidadores ou vinculados a empresas ou plataformas digitais de serviço de limpeza ou de cuidado.
Coordigualdade	· Elaboração de Nota Técnica Conjunta ao projeto de Lei nº 3428/2020;
Coordigualdade	· Elaboração da Nota Técnica Conjunta com medidas de proteção do emprego, livre de quaisquer formas de discriminação contra migrantes;
Coordigualdade	· Criação do GE Trabalho e Racismo;
Coordigualdade	· Criação do GT Violência e Assédio;
Coordigualdade	· Criação do GE Diversidade e Tecnologia;
Coordigualdade	· Realização do Seminário sobre Saúde, Trabalho, Direitos e Inclusão Social para a População Trans;
Coordigualdade	· Realizada a campanha “ Lugar de mulher é onde ela quiser ” nas redes sociais do MPT, em que se refletiu sobre os desafios das mulheres no mercado de trabalho em razão do papel social do gênero na sociedade brasileira;
Coordigualdade	· Divulgada a campanha virtual, por meio de posts, em comemoração no Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial , ao qual foi agregada a recomendação de dispensa remunerada dos trabalhadores domésticos ao comparecimento ao local de trabalho durante o período das medidas de isolamento social decorrente do novo coronavírus.
Coordigualdade	· Apresentação à assessoria parlamentar da PGT proposta de emenda à Medida Provisória nº 927, a fim de resguardar direitos das trabalhadoras gestantes e lactantes, bem como de trabalhadoras e trabalhadores com deficiência e de Grupos de Risco;

Coordigualdade · Com o intuito de promover estratégias coordenadas e comprometidas com o combate à exclusão social e à discriminação no mercado de trabalho, por meio da troca de experiências e discussões sobre os mais variados temas, a Coordigualdade, com o apoio institucional da Procuradoria Geral do Trabalho, realizou na modalidade webinar, uma série de debates acerca de questões como o Racismo, a pauta LGBTQI+, o Trabalho Doméstico:

Coordigualdade · o 1º Webinar Institucional Diversidade em Ação - Racismo estrutural em tempos de pandemia, que contou com a participação da Procuradora Regional do Trabalho e Coordenadora Nacional da Coordigualdade, Adriane Reis de Araújo; da Procuradora do Trabalho e Coordenadora do GT Raça, Elisiane dos Santos; da advogada e presidenta da Comissão de Igualdade Racial da OAB/SP, Maria Sylvia Aparecida de Oliveira; da Procuradora do Trabalho e Coordenadora Regional (2ª /SP) da Coordigualdade, Valdirene Silva de Assis; do Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Álvaro Pereira do Nascimento; com a mediação feita pela Procuradora do Trabalho e Vice-Coordenadora da Coordigualdade, Ana Lúcia Stumpf.

Coordigualdade · 2º Webinar Institucional Diversidade em Ação – Discriminação e Cidadania LGBTQI+ no Mundo do Trabalho, que contou com a participação de representante do Grupo Arco-Íris/RJ e Aliança Nacional LGBTI, Cláudio Nascimento, de representante da ANAV- TRANS, Ludymilla Santiago, da Subprocuradora-geral do Trabalho, Sandra Lia Simón, da Procuradora do Trabalho, Sofia Vilela de Moraes e Silva, com mediação feita pela Coordenadora Nacional e pela Vice da Coordigualdade, Adriane Reis de Araújo e Ana Lúcia Stumpf Gonzalez. A temática no atual contexto é importante para discutirmos as causas geradoras de desigualdades sociais no mercado de trabalho para a população LGBTQI+, bem como pautar o enfrentamento da LGBTQIfobia ainda existente na sociedade brasileira.

Coordigualdade · 3º Webinar Institucional Diversidade em Ação – Trabalho Doméstico: respeito e cidadania na pandemia, que contou com a participação da Procuradora do Trabalho e Coordenadora Regional (22ª/PI) da Coordigualdade, Jeane Araújo Colares, da Procuradora do Trabalho e Vice-Coordenadora Nacional da Coordigualdade, Luciana Marques Coutinho, da presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Luiza Batista, da Procuradora do Trabalho Tathiane Menezes do Nascimento, com mediação feita pela Coordenadora Nacional e pela Vice da Coordigualdade, Adriane Reis de Araújo e Ana Lúcia Stumpf Gonzalez.

Coordigualdade · 4º Webinar Institucional Diversidade em Ação - Direitos Fundamentais e Ações Afirmativas que contou com a participação de Bruno Ferreira Kaingang, professor de História do Instituto Estadual de Educação Indígena Angelo Manhã- Miguel/RS e Mestre em Educação pela UFRGS, Cássio Casagrande, Procurador do Trabalho, Doutor em Ciência Política e Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Wallace Corbo, Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com mediação feita pela Coordenadora Nacional e pela Vice da Coordigualdade, Dra. Adriane Reis de Araújo e Dra. Ana Lúcia Stumpf Gonzalez. decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Coordigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · 5º Webinar Institucional Diversidade em Ação – As Violências de Gênero no Trabalho, que contou com a participação de Valéska Maria Zanello de Loyola, Professora do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília (UNB), com mediação feita pela Coordenadora Nacional e pela Vice da Coordigualdade, Dra. Adriane Reis de Araújo e Dra. Ana Lúcia Stumpf González. A temática no atual contexto é importante não apenas para somar esforços na luta e combate contra a violência de gênero, como também pensar em estratégias de ações que mitiguem as variadas formas de violência e assédio sofridas pelas mulheres no ambiente de trabalho.
Coordigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · 6º Webinar Institucional Diversidade em Ação – A Discriminação da Mulher no Trabalho, que contou com a participação de Adriana Avelar, Mestra em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mila Guedes, ativista pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, com mediação feita pela Coordenadora Nacional e pela Vice da Coordigualdade, Dra. Adriane Reis de Araújo e Dra. Ana Lúcia Stumpf González. Teve como objetivo de estimular e promover o debate sobre as mais variadas formas de discriminação no trabalho contra as mulheres, e com recorte especial sobre as mulheres negras e deficientes.
Coordigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · 7º Webinar Institucional Diversidade em Ação – a representatividade negra na mídia e os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial, que contou com a participação do Procurador Geral do Trabalho, Dr. Alberto Bastos Balazeiro, o professor Dr. Wallace Corbo, a atriz Maria Gal e as Procuradoras do Trabalho membras do GT Raça, Dra. Elisiane Santos, Dra. Silvana da Silva e Dra. Valdirene Silva, com mediação feita pela Coordenadora Nacional e pela Vice da Coordigualdade, Dra. Adriane Reis de Araújo e Dra. Ana Lúcia Stumpf González. Durante o evento online foram lançados uma cartilha sobre Racismo na Mídia e o site “Lugar Legítimo” que, entre outras coisas, terá um banco de imagens de profissionais negros em espaços de protagonismo no trabalho, com fotos de alta qualidade para download gratuito.
Coordigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · 8º Webinar Institucional Diversidade em Ação – A Inclusão da Pessoa com Deficiência, que contou com a participação da Vice- Procuradora Geral do Trabalho, Dra. Maria Aparecida Gugel, o Procurador do Trabalho e gerente do projeto acessibilidade e inclusão, Dr. Daniel Geminiani, a médica e professora aposentada, Dra. Izabel Maior, com mediação feita pela Coordenadora Nacional e pela Vice da Coordigualdade, Dra. Adriane Reis de Araújo e Dra. Ana Lúcia Stumpf González.
Coordigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da cartilha de “cuidados mútuos no Trabalho Doméstico em tempos de Pandemia”, com apoio da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, com objetivo de valorizar as atividades realizadas pelos trabalhadores(as) domésticos(as).
Coordigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da cartilha sobre “Assédio Moral no Trabalho”, com perguntas e respostas, para jogar luz à temática, colocando de forma didática e objetiva as principais perguntas que surgem sobre o assédio moral e contribuir, assim, para a eliminação de tais práticas abusivas e de violência.
Coordigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · Lançada Campanha “Assédio Sexual no Trabalho”, em conjunto com a OIT, integrando o material didáticos dos cursos na modalidade a distância da Universidade CEMIG.
Coordigualdade	<ul style="list-style-type: none"> · Lançada Campanha “Nosso lugar é legítimo”, realizada para reforçar o direito da população negra ao ingresso no mercado de trabalho com igualdade de oportunidades e representatividade nas mais diversas áreas e posições.

Coordigualdade	· Elaboração da Cartilha “Ações para o enfrentamento ao racismo” com o objetivo de divulgar as ações realizadas pelo Grupo de Trabalho Raça.
Coordigualdade	· Elaboração de Nota Pública conjunta com GT Raça, para reforçar a importância das ações afirmativas destinadas à promoção da igualdade de oportunidades, ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial no mercado de trabalho. O documento reforça a Nota Técnica do GT Raça publicada em 2018.
Conaete	- Item, I. Obras: Livro “MIGRANTES E REFUGIADOS: Uma aproximação baseada na Centralidade do Trabalho e na Justiça Social”; promovido pelo Grupo de Trabalho (GT) Migrantes e Refugiados, já extinto, Coordenado pela Procuradora do Trabalho, Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes - Demanda que será disponibilizada no portal do MPT, provavelmente a partir do mês de fevereiro/2021; - Livro "RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS, promovido pelo Grupo de Trabalho (GT) Instrumentos Econômicos, já extinto, Coordenado pelo Procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes, disponível no portal do MPT.
Conaete	· Elaboração da Nota Técnica nº 02/20 GT Migrantes e Refugiados sobre o disposto no artigo 2º, da Portaria nº 87 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 23 de março de 2020;
Conaete	· Elaboração da Nota Técnica nº 03/20 sobre nulidade de acordos judiciais que prevejam prestação de serviços comunitários como forma de adimplemento de dívidas processuais;
Conaete	· Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 09/2020 com o objetivo de conscientizar o empresariado em geral sobre a importância de garantir acesso ao mercado de trabalho livre de quaisquer formas de discriminação aos refugiados e migrantes, inclusive em época de emergência sanitária;
Conaete	· Elaboração da Diretriz Orientativa para ações fiscais de combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho análogo ao de escravo durante a pandemia;
Conaete	· Participação em reuniões com a Comissão Tripartite Paritária para tratar da proposta de alteração da NR-31;
Conaete	· Participação em reunião com o Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal e com o Subprocurador Geral do Trabalho, Coordenador da Gerência de Segurança Institucional(GSI), Jeferson Luiz Pereira Coelho, para tratar sobre o alinhamento institucional quanto à participação e funções da Polícia Federal nas operações de trabalho escravo, bem como sobre o Acordo Cooperação Técnica firmado com o Ministério Público do Trabalho do ano de 2019;
Conaete	· Elaboração de protocolo de segurança para prevenção de contaminações, em parceria com a Diretoria Geral e perito em Medicina de Trabalho;

Conaete · A Coordenadoria promoveu o “Encontro Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo: Reforço de Parcerias Contributivas”, para marcar o dia nacional de erradicação do trabalho escravo, 28 de janeiro, e demonstrar à sociedade o fortalecimento das parcerias institucionais na causa da erradicação do trabalho escravo; o encontro contou com presença do Procurador-Geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro; da Coordenadora Nacional, Lys Sobral Cardoso; do Vice-Coordenador, Italvar Filipe de Paiva Medina; do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa; da Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, Noêmia Garcia Porto, da Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, Ana Carolina Roman, do representante da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho - DETRAE, Matheus Alves Viana; do Conselheiro do Fundo da ONU para Formas Contemporâneas de Escravidão, Leonardo Moretti Sakamoto; do Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, Dante Cassiano Viana; do Conselheiro do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas – CONATETRAP, Sebastião Vieira Caixeta; do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Carlos Eduardo Silva; do Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho – OIT, Martin Hahn; da representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária, Laura Anjos e do Defensor- Chefe da Defensoria Pública da União do Distrito Federal, Gilmar Menezes da Silva Júnior.

Conaete · Participação da Coordenadoria Nacional em reunião da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE promovida pela Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos, na qual houve: I) Exibição do Documentário "Liberdade Roubada"; II) Edital de Seleção da Sociedade Civil; III) Cronograma 2020; IV) Apresentação e validação da logo da CONATRAE; V) Metodologia de monitoramento do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Reunião realizada no Centro Cultural Branco do Brasil – CCBB, em Brasília/DF.

Conaete · Participação da Coordenadoria Nacional na reunião da Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo, promovida pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, para tratar da 2ª Rodada de Alinhamento Interinstitucional, que contou também com a participação da Procuradora do Trabalho, Coordenadora Regional da CONAETE na Procuradoria Regional da 15ª Região, Catarina von Zuben. Reunião realizada na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região.

Conaete · Participação da Coordenadoria Nacional na reunião com a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo – DETRAE para tratar da do alinhamento da programação de operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM em Brasília/DF.

Conaete	<ul style="list-style-type: none"> Participação da Coordenadoria Nacional em reunião com a SPI/MPT e o PNLID/SINALID, que contou com a participação do Secretário de Operações e Análise de Dados, o Procurador do Trabalho Ulisses Dias de Carvalho e o técnico do PNLID, André Luiz de Souza Cruz, para tratar do cruzamento dos dados dos trabalhadores resgatados de trabalho escravo e tráfico de pessoas para trabalho com os dados do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos - SINALID, em Brasília/DF.
Conaete	<ul style="list-style-type: none"> Participação em diversas forças-tarefas para resgate de trabalhadores em condições análogas a de escravo.
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Diretriz Orientativa para retorno dos trabalhadores adolescentes às atividades presenciais por conta da pandemia da COVID-19;
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de memoriais no caso da NF Atento – CCR;
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de parecer sobre PL 1389/2020 no sentido de preservar os recursos do confinamento;
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Reinstituição do GE das piores formas de trabalho infantil;
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Constituição do GT do trabalho infantil na cadeia produtiva do fumo
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Constituição do GT de enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Realização da Campanha com parceiros para combater o trabalho infantil no Carnaval: “Carnaval com trabalho infantil não tem cor nem vida. Deixa a folia ainda mais colorida! Diga não à exploração na avenida!”.
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 05/2020 que trata da defesa da saúde dos trabalhadores, empregados, aprendizes e estagiários adolescentes, para conter a disseminação do novo coronavírus.
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 10/2020 que tem por objeto a defesa da saúde e a manutenção dos contratos de trabalho dos empregados e aprendizes adolescentes, ante o disposto na Medida Provisória nº936, de 1º de abril de 2020.
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 12/20 sobre o momento em que os adolescentes devem retornar ao trabalho por conta da pandemia da Covid-19;
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Reunião realizada no gabinete da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, para tratar do COANETI e aprendizagem profissional;
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do projeto resgate à infância em Sumaré/SP, Manaus/AM e Honório Serpa/PR
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Realização de Campanha nacional alertando para o risco de crescimento da exploração do trabalho infantil diante dos impactos da pandemia, em conjunto com OIT, Justiça do Trabalho e Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;
Coordinfância	<ul style="list-style-type: none"> Realização de Campanha Nacional com participação do cantor e rapper Emicida, com música com alerta sobre o trabalho infantil no Brasil

Coordinfância	· Realização de Webinar juntamente com a Justiça do Trabalho, OIT e Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, abordando o trabalho infantil e o racismo no contexto da pandemia;
Coordinfância	· Promoção do evento “1º Diálogo sobre trabalho infantil no tráfico de drogas” (live);
Coordinfância	· Promoção do evento “Diálogos sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes” (live);
Coordinfância	· Realização da campanha “Carnaval com trabalho infantil não tem cor nem vida. Deixe a folia ainda mais colorida! Diga não à exploração na avenida!” para combater essa prática muito comum durante o carnaval, em todo o país.
Coordinfância	· Realização de reunião com a OIT para discussão de projetos em curso no âmbito do convênio firmado entre o MPT e a OIT.
Coordinfância	· Reunião com Samantha Jordan, da Embaixada dos EUA, com participação do Procurador-Geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, e da Coordenadora Nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, Lys Sobral Cardoso.
Coordinfância	· Realização de reunião na Caixa Econômica Federal tendo como pauta o recolhimento de FGTS para crianças e adolescente vítimas de trabalho infantil.
Coordinfância	· Participação em reunião no CNMP (Comissão da Infância e Juventude).
Coordinfância	· Participação em reunião no MDH em conjunto com SNDCA para discussão dos Fluxos do Disque Direitos Humanos – Disque 100.
Coordinfância	· Reunião no Gabinete da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves sobre o tema: CONAETI e aprendizagem profissional.
Coordinfância	· Reunião no MDR para tratar da cadeia produtiva do açaí.
Coordinfância	· Reunião com o Secretário Nacional da Defesa do Direito da Criança e do Adolescente (Dr. Maurício José Silva Cunha) em conjunto com CIJ/CNMP também sobre o tema CONAETI e aprendizagem profissional.
Coordinfância	· Reunião na Câmara dos Deputados, no gabinete do Deputado João Roma para discussão da Aprendizagem Profissional
Coordinfância	· Reunião com Ministério da Cidadania e TST, com os Ministros Osmar Terra e Kátia Arruda sobre o tema aprendizagem profissional.
Coordinfância	· Participação em diversas reuniões com FNPETI.
Coordinfância	· Discussão do sistema socioeducativo em reunião no CNJ e CIJ.
Coordinfância	· Reunião com OIT e FNPETI, tendo como pauta os seguintes temas: Campanha Nacional, Conaeti e PNADc.
Coordinfância	· Reunião na CNBB (Dom Joel) com a Justiça do Trabalho.
Coordinfância	· Reunião com representante do Comitê Gestor de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do trabalho (Dra. Beatriz) no foro trabalhista.
Coordinfância	· Reunião com a INFRAERO (Superintendência de Marketing e Comunicação Social, Sra. Lea).
Coordinfância	· Reunião no SENAR Nacional com a Sra. Janete Lacerda.

Coordinfância	· Reunião por videoconferência com o Secretário Nacional da Defesa do Direito da Criança e do Adolescente (Dr. Maurício José Silva Cunha) e com o Ministério da Cidadania (representante Francisco Xavier) para discussões sobre CONAETI e aprendizagem profissional.
Coordinfância	· Organização e participação no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil do Webinário "Covid-19: Agora mais do que nunca, protejam crianças e adolescentes do trabalho infantil"., juntamente com a Justiça do Trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) .
Coordinfância	· Em alusão ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, foram divulgados 12 vídeos com depoimentos de adultos que trabalharam na infância e hoje percebem os impactos negativos desta experiência. A série, intitulada "12 motivos para a eliminação do trabalho infantil", faz parte da campanha nacional contra o trabalho infantil realizada pela Justiça do Trabalho em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).
Coordinfância	· Reunião com a FEBRAEDA, ESPRO, CESAN e principais entidades formadoras do Brasil, para tratar dos impactos da pandemia na aprendizagem profissional.
Coordinfância	· Reunião com Comissão Intergestores Tripartite da Assistência Social (MCid) para discussão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
Coordinfância	· Reunião com a CONAETE, Assessoria Internacional e Embaixada do Paraguai sobre o tráfico internacional de adolescentes.
Coordinfância	· Reunião com CIJ/CNMP e Presidenta do FONINJ/CNJ sobre interface do trabalho infantil com a infracionalidade.
Coordinfância	· Participação no Webinar da Escola Judicial do TRT-15 sobre o tema: "Os impactos da pandemia de COVID-19 nos contratos de aprendizagem".
Coordinfância	· Participação em Live do Fórum Estadual de Aprendizagem do Rio de Janeiro sobre Proteção aos Aprendizes em Tempos de Covid-19 pelo MPT e Fiscalização do Trabalho.
Coordinfância	· Participação em Live Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas - Rede Peteca.
Coordinfância	· Participação em Live do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do DF com os deputados Fábio Félix, Leandro Grass e Arlete Sampaio.
Coordinfância	· Participação no Webinário "Covid-19: Agora mais do que nunca, protejam crianças e adolescentes do trabalho infantil".
Coordinfância	· Participação na Live "Diálogos sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.
Coordinfância	· Participação na Live "1º Diálogo sobre trabalho infantil no tráfico de drogas".

OE2 - Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho

Responsável	Resultado em 2020
Conap	· Elaboração de minuta de Recomendação Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo (COVID-19);
Conap	· Apresentação de manifestação acerca de proposta de resolução do CNMP que objetiva regulamentar, no âmbito do MP, a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, nos termos da Lei Anticorrupção;
Conap	· Criação do GT Saúde na Saúde;

Conap	<ul style="list-style-type: none"> · Coordenação em conjunto com o TCU, da ação nº 10/2020 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, que tem como objeto a elaboração e divulgação de um catálogo/portfólio, de oportunidades de capacitação virtual e gratuita para observadores públicos, conselheiros de políticas públicas e servidores públicos, com foco em aspectos ligados à contratação pública e acompanhamento de políticas públicas, bem como adoção de outras iniciativas e instrumentos que estimulem a transparência e o fornecimento de dados abertos.
Conap	<ul style="list-style-type: none"> · Participação no GT trabalho no sistema prisional, com elaboração pelo grupo da Nota Técnica nº 02 referente à minuta de Projeto de Alteração da Lei nº 7.210, de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, enviada à Diretora-Geral do DEPEN;
Conap	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 01/2020 para atuação dos membros em face da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional para o novo coronavírus;
Conap	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 02/2020 para atuação dos membros em face da declaração da pandemia da doença infecciosa (COVID-19) do novo coronavírus, declarada pela Organização Mundial de Saúde;
Conap	<ul style="list-style-type: none"> · Participação em reunião com o Subprocurador-Geral do MPC/TCU Dr. Lucas Furtado, que apresentara representação junto ao TCU para suspender a contratação de militares da reserva para compor o quadro do INSS.
Conap	<ul style="list-style-type: none"> · Participação em reunião com assessores do Ministro do TCU, Dr. Bruno Dantas, para discussão dos impactos das demissões da DATAPREV na prestação dos serviços do INSS.
Conap	<ul style="list-style-type: none"> · Realização de audiência com representantes da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da Secretaria Executiva do Ministério da Economia, da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares – FENADADOS e do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de Pernambuco – SINDPD-PE, para tratar dos impactos trabalhistas decorrentes do encerramento de unidades da DATAPREV em diferentes estados. Também participaram do evento, o Coordenador Nacional da CONALIS, Ronaldo Lima dos Santos, a Vice-Coordenadora Nacional da CONALIS, Carolina Pereira Mercante, e as Procuradoras Ana Lúcia Coelho de Lima e Maria Roberta Melo Komuro da Rocha, além do Subprocurador-Geral do Trabalho Dr. Luiz da Silva Flores.

Conap

· Participação em reunião no TST com o Juiz Auxiliar da Vice Presidência, Dr. Rogério Neiva Pinheiro, e com representantes da DATAPREV e da FENADADOS, para tratar do conflito objeto da Tutela Cautelar Antecedente 1000051- 71.2020.5.00.0000 e tentativa de busca da solução autocompositiva. Concluídos os debates e diálogos realizados, a Vice-Presidência apresentou proposta de solução do litígio, que foi aceita pelas partes: "1 - os empregados não aposentados, caso queiram, serão cedidos ao INSS, assegurado o período de cessão mínimo de 01 ano (em torno de 178 empregados); 1.1. - reabertura do PAQ, nas mesmas condições do PAQ anterior, para os empregados não aposentados, com prazo de adesão até as 18h do dia 14 de março de 2020, através de site ou e-mail próprio do PAQ; 2 - reabertura do convite de transferências dos empregados analistas da área finalística com seus respectivos cônjuges (12 empregados, dos quais 03 são aposentados); 3 - quanto ao universo dos empregados aposentados em atividade (cerca de 156), seamoto; do Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, Dante Cassiano Viana; do Conselheiro do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas – CONATETRAP, Sebastião Vieira Caixeta; do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Carlos Eduardo Silva; do Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho – OIT, Martin Hahn; da representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária, Laura Anjos e do Defensor- Chefe da Defensoria Pública da União do Distrito Federal, Gilmar Menezes da Silva Júnior.lazeiro, a Secretaria de Relações Institucionais e Membros da Coordinfância reuniram-se virtualmente com o Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) para tratar sobre o Projeto de Lei 3428/2020, que prevê o teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho à distância de pai ou mãe de família monoparental até a reabertura da creche ou escola dos filhos com até doze anos incompletos. O MPT aproveitou a oportunidade para apresentar uma nota técnica da Instituição sobre a matéria ao Senador que é o autor da proposição.ias e licença- prêmio, eventualmente gozadas nos moldes do item. 3.3. 4 - Quanto aos dirigentes sindicais de entidades locais, não obstante a tese da Súmula 369, IV, do TST, fica ajustado a sua não aplicação quanto aos seguintes empregados: 4.1 - dirigentes sindicais que fazem parte do universo de empregados cedidos ao INSS terão assegurada estabilidade pelo prazo do mandato em vigor, sem liberação do trabalho; 4.2 - dirigentes sindicais que fazem parte do universo de empregados aposentados, e que não serão cedidos ao INSS, terão assegurada estabilidade pelo prazo do mandato em vigor, sem liberação do trabalho, desde que obtenham cessões/requisições para a mesma base territorial; 5 - Quanto aos dirigentes sindicais nacionais (FENADADOS) liberados do trabalho, fica assegurada a transferência, a pedido, para o RJ, enquanto condição para a continuidade da liberação. As verbas rescisórias, decorrentes da adesão ao PAQ, deverão ser pagas em até trinta dias, a contar do dia 1º de abril de 2020, sem aplicação da multa do art. 477 da CLT, das disposições do acordo coletivo de trabalho em vigor e das normas internas da DATAPREV. 7 - Desistência de todas as ações propostas até a presente data, em face da Dataprev, pelas entidades sindicais, que tenham com o objeto a matéria regulada no presente acordo, especialmente as ações movidas pelo Sindppd/RS, Sindados/BA e Sindpd/PI, dos processos nº 0020028-46.2020.5.04.0003, 0000010-93.2020.5. 05.0029 e 0000055-04.2020.5.22.00004. 8 - Compensação integral dos dias de trabalho em que houve greve, em até três meses, a contar de 1º de março de 2020, salvo para os empregados das unidades que serão encerradas, quanto aos quais não haverá compensação ou desconto pelos dias parados."

Conap · Participação em reunião prévia com representantes do Tribunal de Contas da União, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, do Ministério da Economia e do Observatório Social do Brasil, para tratar da Ação 10/2020, com posterior apresentação à ENCCLA do plano de trabalho da Ação 10/2020, aprovado com seis objetivos: Objetivo 01 - Mapear as capacitações/treinamentos, de caráter gratuito e virtual, disponíveis nas escolas de contas, escolas de governo do Brasil e em outras fontes, inclusive as oportunidades que estimulem e apoiem a transparência ativa e passiva, e o fornecimento de dados abertos no setor público. Objetivo 02 – Estudar o(s) local(is) em que serão disponibilizados os treinamentos/capacitações (plataforma com capacidade de se auto-sustentar, na qual se possa colocar um link para direcionar o usuário ao local de origem do curso). Objetivo 03 – Adotar as estratégias mais apropriadas para divulgação do resultado obtido com o Objetivo 1. Objetivo 04 – Identificar sugestões amoto; do Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, Dante Cassiano Viana; do Conselheiro do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas – CONATETRAP, Sebastião Vieira Caixeta; do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Carlos Eduardo Silva; do Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho – OIT, Mart

Conap · Realização de audiência com representantes da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, da Casa Civil do Distrito Federal e do Departamento Penitenciário Nacional para tratar sobre a reserva de vagas para presos e egressos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal em contratos da Administração Pública Distrital.

Conap · Realização de visita técnica nas unidades prisionais e na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Ceará, feita pelo Coordenador Nacional Eventual da CONAP e Vice- Gerente do Projeto Nacional de Adequação das Condições de Trabalho no Sistema Prisional, Dr. Afonso de Paula Pinheiro Rocha, e o Gerente do Projeto Nacional de Adequação das Condições de Trabalho no Sistema Prisional, Dr. Heiler Ivens de Souza Natali.

Conap · Participação em reunião o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, Dr. Fabiano Bordignon, e o Diretor de Políticas Penitenciárias do DEPEN, Dr. Sandro Abel Sousa Barradas, para tratar da celebração de termo de cooperação técnica. Do evento, também estavam presentes o Procurador-Geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, e o Procurador Regional do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira.

Conap · Realização de audiência com representantes da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, da Casa Civil do Distrito Federal e da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso para tratar sobre a reserva de vagas para presos e egressos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal em contratos da Administração Pública Distrital .

Conap	<ul style="list-style-type: none"> · O GT Saúde na Saúde, criado pela CONAP, criou um painel eletrônico de monitoramento (checklist 1) voltado principalmente para o pronto-atendimento dos estabelecimentos de saúde (situação de maior exposição do profissional à COVID-19). O painel é alimentado, em tempo real, a partir do preenchimento de formulários on-line pelos profissionais da saúde, sindicatos profissionais, Conselhos de Saúde, CERESTs, Secretaria do Trabalho, entre outros, que respondem questões sobre a estrutura e equipe do estabelecimento de saúde, forma de atendimento aos pacientes, capacitação, fornecimento de EPIs, medidas administrativas para minimizar o contágio, etc. O painel tem uma série histórica, onde se pode ver, com o passar do tempo, se os formulários aumentaram ou diminuíram, se a situação melhorou ou piorou em determinado local. O painel também gera gráficos com percentuais e com vários recortes (por profissão, por estabelecimento de saúde, por município, por estado, entre outros). Os dados consolidados estão na intamoto; do Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo
Conap	<ul style="list-style-type: none"> · Apresentação de manifestação sobre proposta de resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (proposição nº. 1.00146/2019-90), que objetiva regulamentar, no âmbito do Ministério Público, a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
Codemat	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 01/2020 para atuação dos membros em face da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional para o novo coronavírus;
Codemat	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 02/2020 para atuação dos membros em face da declaração da pandemia da doença infecciosa (COVID-19) do novo coronavírus, declarada pela Organização Mundial de Saúde;
Codemat	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 03/2020 para atuação do MPT em face das medidas governamentais de contenção da pandemia da doença infecciosa (COVID-19) par assegurar igualdade de oportunidades e tratamento no trabalho para trabalhadoras e trabalhadores;
Codemat	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração de Nota Técnica em Conjunto com o Projeto nacional de adequação das condições de trabalho em frigoríficos sobre a Portaria Conjunta nº 19/20, com sinalização dos seus pontos vulneráveis. O documento produzido pelo MPT, contempla referências técnicas distribuídas em 10 pontos, dentre eles estão: definições de caso suspeito, afastamento e definição de contactante e de grupo de risco, além de regras de distanciamento entre pessoas;
Codemat	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da Diretriz Orientativa sobre o uso de máscaras;
Codemat	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração das Orientações Gerais sobre testes diagnósticos de coronavírus durante a pandemia de covid19;
Codemat	<ul style="list-style-type: none"> · Organização e disponibilização de referências técnicas nacionais e internacionais sobre o uso de máscaras respiratórias, implementação de proteções coletivas, organização de medidas administrativas e metodologia de utilização de testagem laboratorial para COVID-19, com a finalidade de subsidiar a do MPT em todo o país;

Codemat	<ul style="list-style-type: none"> · A Codemat integra e participa ativamente, em conjunto com a Conap, a SRI e demais membros, dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Permanente de Acompanhamento do Processo de Elaboração e Revisão das Normas Regulamentadoras, constituída por força da Portaria PGT nº 1574.2019, de 28 de setembro de 2019. A comissão foi criada com o propósito de monitorar as pautas relativas aos processos de elaboração e revisão das normas regulamentadoras e implementar estratégias de interação institucional com a Comissão Tripartite Permanente Paritária - CTPP, entre outras atribuições.
Codemat	<p>No curso das atividades desenvolvidas desde a sua criação, a Comissão acompanhou todas as reuniões presenciais e virtuais dos Grupos de Trabalho Tripartites (GTT) e da CTPP, nas quais foram discutidas, revisadas e/ou alteradas quatorze normas regulamentadoras e seus anexos. Além do acompanhamento das reuniões dos GTTs e da CTPP, onde os representantes do PT firmaram o posicionamento institucional assecuratório do princípio da redução dos riscos de adoecimentos e acidentes relacionados ao trabalho, foram publicadas, sempre que identificada possível vulneração de direitos sociais labor-ambientais, notas técnicas específicas apresentando referências técnicas e jurídicas para subsidiar o processo decisório da CTPP. Além disso, foram ajuizadas: (a) ação civil pública pelo MPT em cujo rol de requerimentos são postulados não apenas os provimentos de adequação do processo de revisão ao rito previsto na Lei 13.874/2019 e Portaria 1.224/2018, mas também a nulidade da Portaria n. 1.359, de 9 de dezembro de 2019, que tramito; do Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, Dante Cassiano Viana; do Conselheiro do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas – CONATETRAP, Sebastião Vieira Caixeta; do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Carlos Eduardo Silva; do Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho – OIT, Martin Hahn; da representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária, Laura Anjos e do Defensor- Chefe da Defensoria Pública da União do Distri</p>
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da Recomendação às empresas operadoras/concessionárias e prestadoras de serviços de petróleo e gás a adoção de medidas, preventivas e garantidoras de direitos dos trabalhadores, e de segurança das operações, em razão da pandemia por coronavírus;
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração de Recomendação à ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviários) para que exija das empresas do setor um plano de combate à disseminação do coronavírus;
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração de recomendação às empresas do setor portuário, aos órgãos gestores de mão de obra do trabalho portuário e às autoridades portuárias a adoção de medidas de segurança para enfrentamento da pandemia (Covid-19);

Conatpa	· Elaboração de manifestação conjunta no TCU em face do relatório que recomendou, ao Ministério da Infraestrutura, a promoção de alteração legislativa visando extinguir o monopólio do OGMO no fornecimento de mão de obra portuária avulsa;
Conatpa	· Realizadas reuniões com a ANTAQ, com tratativas avançadas para celebração de acordo de cooperação técnica;
Conatpa	· Elaboração de Nota Técnica Conjunta sobre o projeto de lei de conversão da MP 945/20;
Conatpa	· Realizou Força-Tarefa do Projeto Portos Seguros, pelos Procuradores Gláucio Araújo de Oliveira, Marcelo Crisanto Souto Maior e Francisco Marcelo Almeida Andrade, no Terminal Salineiro de Areia Branca - Porto Ilha/RN. A operação, realizada com apoio da Polícia Federal, encontrou falhas no controle de acesso de pessoas e mercadorias, equipamentos sem mecanismos de segurança e instalações com telhas de amianto, comprovadamente prejudiciais à saúde dos trabalhadores. Na ocasião, foi firmado Termo de Ajuste de Conduta pelo MPT no Rio Grande do Norte com a Companhia Docas/RN (Coderne), que administra o porto-ilha, em que se estabeleceram diversas cláusulas para melhoria da segurança dos trabalhadores portuários;
Conatpa	· Realizada reunião com o IBP - Instituto Brasileiro do Petróleo – e com a ABEP - Associação Brasileira das Empresas de Petróleo para tratar do termo de cooperação para inclusão de pessoas com deficiência e de questões atinentes ao acidente ambiental ocasionado pelo derramamento de óleo na costa brasileira;
Conatpa	· Realizada reunião com o sindicato dos condutores da Marinha mercante para tratar das demandas do setor;
Conatpa	· Realizada reunião com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação – GAA, formado pela Marinha do Brasil e pesquisadores de diversas unidades do País, para tratar dos impactos sociais do derramamento de óleo na costa brasileira;
Conatpa	· Realizada reunião com o Sr. Jairo Gund, Secretário de Agricultura e Pesca Substituto, a fim de dar início às tratativas para celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Trabalho e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Secretaria de Agricultura e Pesca (SAP/MAPA), visando o compartilhamento de informações para o estabelecimento de melhorias das condições de trabalho dos pescadores e o auxílio do MPT na inscrição e cadastramento de pescadores no Registro Geral da Pesca – RGP.
Conatpa	· Realizada reunião na sede da Companhia Docas do Estado de São Paulo – Santos Port Authority (SPA), para tratar de assuntos gerais da temática portuária (meio ambiente do trabalho, ISPS Code, Guarda Portuária e outros);
Conatpa	· Realizada reunião com as federações dos trabalhadores portuários (FENCCOVID e FNE) para tratar do Fundo Social e outros assuntos da área portuária;

Conatpa · Participação, a convite do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Departamento de Migrações, do *"Encontro para tratar da concessão de visto temporário e residência a marítimo que trabalhe a bordo de embarcação estrangeira"*, no intuito de subsidiar os trabalhos realizados pelo Conselho Nacional de Imigração, que trata de alterações das Resoluções Normativas nº 5 e 6, ambas de 1º de dezembro de 2017, do CNIg;

Conatpa · Participação em reunião na sede da ANTAQ, em Brasília, para tratar da competência regulamentar em relação aos OGMO's e Trabalhadores Portuários Avulsos, e da celebração de Acordo de Cooperação Técnica para compartilhamento de informações sobre o setor portuário e aquaviário e atuação conjunta em campanha de combate ao escarpelamento e ao tráfico de pessoas em portos e embarcações;

Conatpa · Realizada reunião com o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - Ministério da Infraestrutura, para tratar do projeto de lei de fomento à cabotagem ("BR do Mar"), empregabilidade de trabalhadores brasileiros no setor aquaviário e outros temas;

Conatpa · Participação na 1ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP de revisão da Norma Regulamentadora n. 29, realizada por meio de videoconferência;

Conatpa · Participação na reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP de revisão da Norma Regulamentadora n. 30, realizada no Rio de Janeiro;

Conatpa · Expedição de Recomendação às empresas do setor aquaviário com indicação de uma série de medidas para prevenção da disseminação da Covid-19. Entre as medidas recomendadas estavam o estabelecimento de estrutura organizacional de resposta ao avanço do coronavírus; a implementação de protocolos de prevenção e emergência para garantia da saúde do tripulante; interlocução com as autoridades sanitárias; a realização de operações contingenciadas, além de plano de prevenção detalhado, composto pelo menos pelas mais de 20 medidas descritas; e a realização de campanha de conscientização direcionada aos trabalhadores aquaviários e à população que utilize embarcações para transporte, com foco na prevenção da transmissão do coronavírus;

Conatpa · Realização de reunião do GT Petrobras– Covid-19, com a participação dos Procuradores Luis Carlos Gomes Carneiro, Jefferson Luz Maciel Rodrigues, Júnia Bonfante Raymundo, Cirlene Luiza Zimmermann e Rosineide Mendonça Moura, com a Petrobras, com a Federação Nacional dos Petroleiros, com o SINDIPETRO-RJ, SINDIPETRO SJC para tratar do plano de redução de jornada e salários apresentado pela empresa (plano de resiliência) para contornar os efeitos da crise causada pela Pandemia de Covid-19.

Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reunião, com participação dos Procuradores Glaucio Araújo de Oliveira (Regional), Augusto Grieco Santanna Meirinho e Cesar Henrique Kluge, com a FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTIVADORES, a FEDERAÇÃO NACIONAL DOS CONFERENTES E CONSERTADORES DE CARGA E DESCARGA VIGIAS PORTUÁRIOS TRABALHADORES DE BLOCO ARRUMADORES E AMARRADORES DE NAVIOS NAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS - FENCCOVID, para tratar dos impactos decorrentes da edição da MP 945/2020, que dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da Covid-19 no âmbito do setor portuário;
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Participação em reunião, juntamente com o Procurador Geral do Trabalho, Dr. Alberto Bastos Balazeiro, e o Secretário de Relações Institucionais, Dr. Márcio Amazonas, na Secretaria Especial da Casa Civil da Presidência da República, em grupo instituído para tratar de ações integradas no contexto da pandemia de Covid-19. Em pauta, atuação articulada para repatriação de tripulantes brasileiros isolados em navios de cruzeiros fora do território nacional na forma da Convenção 186 da OIT, enquanto parte das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria com o mesmo objetivo, o que incluiu também contatos com o Itamaraty e a CLIA Brasil.
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reunião, com a presença também dos Procuradores Augusto Grieco Sant'anna Meirinho, Maurício Coentro Pais de Melo e Glaucio Araújo de Oliveira, com a Federação Nacional dos Estivadores e o Sindicato da Estiva do Rio de Janeiro, para tratar da questão do intercâmbio de trabalhadores avulsos entre portos e terminais privados
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reunião com a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA, para tratar dos impactos da Pandemia de Covid-19 no setor pesqueiro. Na oportunidade, estabeleceu-se procedimento de coleta de informações sobre contaminação de pescadores junto às respectivas colônias, sob responsabilidade da CNPA, em conformidade com os questionamentos definidos pela Conatpa e a CNPA
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reunião com a participação do Procurador do Trabalho, Fabio Luiz Mobarak Igllesia, com a Secretaria da Pesca (SAP) do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), para tratar sobre possível parceria para atuação frente ao setor pesqueiro, bem como questões afetas aos Terminais Pesqueiros Públicos do País, especialmente o Terminal Pesqueiro no Município de Niterói/RJ.
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Participação em reunião para tratar do Grupo de Estudos Intercoordenadorias para a elaboração do Manual de Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes, entre as quais reunião com integrantes da rede de proteção para esclarecimentos acerca das ocorrências envolvendo o tema, inclusive situações de exploração sexual e comercial em embarcações na Amazônia brasileira
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reunião, juntamente com a Gerente do Projeto Ouro Negro, Júnia Bonfante Raymundo, e o Coordenador Regional da Conatpa/RJ, Maurício Coentro Pais de Melo, com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para tratar de protocolos de saúde e segurança em navios, considerando a pretensão dos atores econômicos do setor de retomada das temporadas de cruzeiros.
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Participação em reunião juntamente com as Procuradoras Márcia Kamei e Ileana Mousinho, com o Ministério da Saúde para tratar de diretriz para atuação dos CEREST's em todo País quanto à pandemia de Covid-19, oportunidade em que os representantes do Ministério apresentaram orientações técnicas para investigação e notificação de casos de Covid-19 relacionados ao trabalho.

Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reunião com integrantes do Grupo Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras, para tratar das demandas dos pescadores artesanais. O Observatório é composto por movimentos sociais pesqueiros, como MPP, ANP e CONFREM, e institutos ou programas de pesquisas de Universidades Federais, como UFBA, UFPR e UFPE, e publica boletins diários, mensais e epidemiológicos relativos à contaminação de pescadores por COVID-19, os quais são baseados em informações qualitativas dos próprios pescadores.
Conatpa	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reunião, acompanhada da Gerente GT Escalpelamento por Embarcações, Tatiana Costa de Figueiredo de Amormino, e dos demais integrantes do GT, Sofia Villela de Moraes, Eduardo Sidney, bem como das Coordenadora e Vice-Coordenadora Nacionais da Coordigualdade, Adriane Reis de Araújo e Ana Lúcia Stumpf, com a Marinha do Brasil, representada pelo Vice-Almirante Valter Citavicius Filho (Comandante do 4º Distrito Naval de Belém), Capitão Manoel Oliveira Pinho (Capitania dos Portos da Amazônia Oriental - CPAOR), Capitão de Fragata Fábio Luiz Benincasa Corrêa dos Santos (Capitania dos Portos de Santarém) e Capitão-de-Fragata Carlos Augusto de Souza Júnior (Capitania dos Portos do Amapá), para tratar acerca de ações conjuntas para erradicação dos acidentes por escalpelamento.

OE3 - Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas

Responsável	Resultado em 2020
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração da Nota Técnica nº 01/20 para orientação da atuação do MPT em face das medidas governamentais de contenção da pandemia da doença infecciosa covid 19, voltada às empresas de transporte de mercadorias e de transporte de passageiros, por plataformas digitais;
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação em reunião com o Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (DF), com o objetivo de promover o cumprimento da Resolução Normativa CFA nº 569, de 2019, baseada em Termo de Cooperação firmado com o MPT no início de 2019, no que tange à contratação de estagiários.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação em reunião na Caixa Econômica Federal, visando a formalização de termo de cooperação entre as instituições no que concerne à individualização dos depósitos do FGTS.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação na elaboração da Nota Técnica sobre a Proposta Governamental de Alteração da Norma Regulamentadora 04, assinada em conjunto com a CODEMAT.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação em audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o PLP 146/2019 (Regulamentação das Startups). O PLP está sendo acompanhado pela CONAFRET.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Expedição, em conjunto com o Procurador-Geral do Trabalho, de recomendação ao CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) com orientações para medidas governamentais de contenção da pandemia do COVID 19, voltada às empresas de transporte de passageiros e de transporte de mercadorias, por plataformas digitais.

Conafret	<ul style="list-style-type: none">· Expedição, em conjunto com o Procurador-Geral do Trabalho, de recomendação ao Governo do Estado de São Paulo – Secretaria Estadual de Saúde com orientações para medidas governamentais de contenção da pandemia do COVID 19, voltada às empresas de transporte de passageiros e de transporte de mercadorias, por plataformas digitais.
Conafret	<ul style="list-style-type: none">· Ajuizamento de ação civil pública proposta em face de IFOOD.COM AGÊNCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A., com pedidos relativos ao meio ambiente do trabalho e à garantia da renda de subsistência dos entregadores vinculados à plataforma digital. A petição foi elaborada de forma conjunta, envolvendo os seguintes Membros: Christiane Vieira Nogueira, Carolina De Prá Camporez Buarque, Renan Bernardi Kalil, Rodrigo Barbosa de Castilho, Rodrigo de Lacerda Carelli, Roberto Rangel Marcondes, Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Tatiana Leal Bivar Simonetti.
Conafret	<ul style="list-style-type: none">· Ajuizamento de ação civil pública proposta em face de RAPPI BRASIL INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA., com pedidos relativos ao meio ambiente do trabalho e à garantia da renda de subsistência dos entregadores vinculados à plataforma digital. A petição foi elaborada de forma conjunta, envolvendo os seguintes Membros: Christiane Vieira Nogueira, Carolina De Prá Camporez Buarque, Renan Bernardi Kalil, Rodrigo Barbosa de Castilho, Rodrigo de Lacerda Carelli, Roberto Rangel Marcondes, Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Tatiana Leal Bivar Simonetti.
Conafret	<ul style="list-style-type: none">· Ajuizamento de ação civil pública proposta em face de UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA (UBER EATS), com pedidos relativos ao meio ambiente do trabalho e à garantia da renda de subsistência dos entregadores vinculados à plataforma digital. A petição foi elaborada de forma conjunta, envolvendo os seguintes Membros: Eliane Lucina, Christiane Vieira Nogueira, Carolina De Prá Camporez Buarque, Renan Bernardi Kalil, Rodrigo Barbosa de Castilho, Rodrigo de Lacerda Carelli, Roberto Rangel Marcondes, Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Tatiana Leal Bivar Simonetti.
Conafret	<ul style="list-style-type: none">· Participação em reunião com a ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados). A reunião foi realizada com a participação dos Membros do GT COVID-19 responsáveis pela mediação com o setor de supermercados: Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Carolina De Prá Camporez Buarque, Ileana Neiva Mousinho e Ana Lúcia Stumpf Gonzalez.
Conafret	<ul style="list-style-type: none">· Ajuizamento de ação civil pública de CABIFY AGÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, com pedidos relativos ao meio ambiente do trabalho e à garantia da renda de subsistência dos entregadores vinculados à plataforma digital. A petição foi assinada por: Viviann Brito Mattos, Rodrigo de Lacerda Carelli e Tadeu Henrique Lopes da Cunha.
Conafret	<ul style="list-style-type: none">· Realização de reunião juntamente com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de desenvolver projeto estratégico nacional de individualização dos depósitos do FGTS.
Conafret	<ul style="list-style-type: none">· Participação de reunião juntamente com a Caixa Econômica Federal, onde trataram sobre o saque do FGTS pelo trabalhador dispensado por motivo de força maior.
Conafret	<ul style="list-style-type: none">· Participação em reunião juntamente com a DENEM (Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina) e o FNRS (Fórum Nacional de Residentes em Saúde) para tratar da Ação Estratégica “Brasil Conta Comigo”, criada pela Portaria nº 492, de 23 de março de 2020, do Ministério da Saúde e da situação relativa à contratação de médicos. A reunião foi realizada com a participação dos Membros do GT COVID-19 responsáveis pela articulação e mediação relativa à Ação Estratégica, assim como situação relativa à contratação de médicos: Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Carolina De Prá Camporez Buarque, Ana Cristina Desirée Barreto Fonseca Tostes Ribeiro, Adriane Reis de Araújo e Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos.

Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação em reunião juntamente com a ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados). A reunião foi realizada com a participação dos Membros do GT COVID-19 responsáveis pela mediação com o setor de supermercados: Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Carolina De Prá Camporez Buarque, Ileana Neiva Mousinho e Ana Lúcia Stumpf Gonzalez.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Os Coordenadores Nacionais participaram de reunião com o CFM (Conselho Federal de Medicina), ocasião em que trataram da ação Estratégica “Brasil Conta Comigo”, criada pela Portaria nº 492, de 23 de março de 2020, do Ministério da Saúde e da situação relativa à contratação de médicos. A reunião foi realizada com a participação dos Membros do GT COVID-19 responsáveis pela articulação e mediação relativa à Ação Estratégica, assim como situação relativa à contratação de médicos: Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Carolina De Prá Camporez Buarque, Ana Cristina Desirée Barreto Fonseca Tostes Ribeiro, Adriane Reis de Araújo e Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação em reunião com Procuradores do Trabalho integrantes do Projeto Nacional Plataformas Digitais, juntamente com a ABRAMET (Associação Brasileira de Medicina de Tráfego), CIEDH (Business & Human Rights Resource Centre) e o SINDIMOTO para tratar da situação dos motoristas contratados por meio de plataformas digitais no contexto da pandemia de coronavírus (COVID-19).
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação em reunião com a CONTRACS (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviço) e a CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio) para discutir aspectos relativos ao setor de supermercados no contexto da pandemia do coronavírus. A reunião foi realizada com a participação dos Membros do GT COVID-19 responsáveis pela mediação com o setor de supermercados: Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Carolina De Prá Camporez Buarque, Ileana Neiva Mousinho e Ana Lúcia Stumpf Gonzalez.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação no debate on-line sobre o tema “Trabalhadores em plataforma digital e a COVID-19”, promovido pela REMIR (Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista). O evento contou ainda com a participação da professora Renata Dutra, da pesquisadora Ludmila Costhek Abílio, do professor e pesquisador José Dari Krein e do professor Vítor Filgueiras. Na ocasião foi apresentada a Nota da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR) às Instituições da República, um informe sobre a pesquisa sobre trabalhadores em aplicativos, além das ações adotadas pelo Ministério Público do Trabalho.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação no 1º Webinar Institucional do MPT, com o tema “Atuação do MPT frente à Pandemia COVID-19”.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Realização de reunião com a participação de representantes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), para tratar da Ação Estratégica, tendo contado ainda com a participação de Membros titulares da Secretaria de Assuntos Internacionais e o Procurador- Geral do Trabalho, Dr. Alberto Balazeiro.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura de acordo de cooperação com a CEF voltado à individualização dos depósitos do FGTS. O acordo será executado no âmbito do Projeto Estratégico Nacional de Individualização do FGTS com o objetivo de possibilitar a individualização dos depósitos e permitir seu saque pelos trabalhadores.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação no 1º Webinar Institucional da PRT da 15ª Região para tratar da atuação da PRT-15 frente à Pandemia COVID-19.
Conafret	<ul style="list-style-type: none"> Participação em reunião com a CONTRACS (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços), CNC (Confederação Nacional do Comércio) e a ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados).

Conafret	· Participação em reunião com o Coordenador- Geral de Gestão de Benefícios do Ministério da Economia sobre o Programa Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.
Conafret	· Participação em reunião com o Senador Paulo Paim (PT/RS), para tratar minuta de projeto de lei sobre os direitos e garantias do trabalhador via plataforma digital.
Conalis	· Elaboração da Nota Técnica nº 05/20 sobre o direito social fundamental de greve;
Conalis	· Elaboração da Nota Técnica nº 07/20 sobre princípios, regras e procedimentos em relação à dispensa coletiva e à proteção social dos trabalhadores, comunidades e setores econômicos e sociais;
Conalis	· Participação no GT da DATAPREV, instituído com o objetivo de promover a atuação articulada do Ministério Público do Trabalho, com vistas à redução de impactos trabalhistas quanto ao encerramento das unidades da DATAPREV em diferentes Estados da Federação e o anúncio da dispensa coletiva de aproximadamente 500 trabalhadores. Foram realizadas diversas reuniões (conforme agenda da coordenação <i>infra</i>) por videoconferência e na sede da PGT entre os membros do GT, a DATAPREV e outros órgãos públicos e entidades privadas, sendo que ao final, foi feito acordo entre partes, assegurando, entre outras medidas: aos empregados não aposentados, maior prazo para adesão ao Plano de Adequação de Quadro (PAQ) o a possibilidade de cessão ao INSS, com período mínimo de um ano; aos analistas da área finalística, a possibilidade de reabertura do convite de transferência para a unidade do Rio de Janeiro; aos dirigentes sindicais das entidades locais e nacionais foi assegurada a estabilidade durante o prazo do mandato, cumpramto; do Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, Dante Cassiano Viana; do Conselheiro do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de
Conalis	· Colaboração com estudos e subsídios para apresentação de parecer do MPT para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em parceria com a Secretaria de Cooperação Internacional Trabalhista do Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho. O parecer versou sobre os aspectos do modelo sindical brasileiro sob a perspectiva da promoção da igualdade de gênero dentro dessas organizações e no mercado de trabalho.
Conalis	· Realização de audiência com a CONTAR - Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais -, para apresentação do resultado do 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais dessa Confederação e tratar de demanda relacionada à homologação das rescisões contratuais dos trabalhadores assalariados rurais;
Conalis	· Realização de audiência com participação do Procurador-Geral do Trabalho Alberto Bastos Balazeiro , com os Representantes das Entidades que compõem o Fórum Nacional de Enfermagem: FNE, CNTSS, COFEN, ANATEN e Executiva dos Estudantes” Pauta: “adoecimento dos profissionais de Enfermagem, assédio moral e suicídio dos profissionais. Entidades que compõem o Fórum Nacional da Enfermagem: FNE, CNTS, CNTSS, COFEN, Anaten e Executiva dos Estudantes.”;
Conalis	· Realização de reunião com o Sindicato Nacional dos Aeronautas, para tratar da proteção ao emprego e à renda dos trabalhadores da categoria;

Conalis	· Realização de reunião, juntamente com as Procuradoras Adriane Reis, Ileana Neiva Mousinho, Marcia Kamei Lopez Aliaga e Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, com os sindicatos de trabalhadores no setor de telemarketing, a saber: SINTRATEL SP e CE, SINTTEL RJ, DF, PB, BA, RN, PI e FITRATELP;
Conalis	· Realização de reunião, em conjunto com a Coordenadora Nacional da Coordigualdade Adriane Reis de Araújo, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, a respeito da proteção dos profissionais da área de educação;
Conalis	· Realização de reunião com o Sindicato dos Aeroviários de Guarulhos e com o Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo a respeito de demissões em massa da empresa Passaredo;
Conalis	· Participação em reunião do Grupo de Trabalho composto pela Coordenadora Nacional da CONATPA, Flavia Bauler, Cirlene Luiza Zimmerman, Junia Bonfante (Gerente o Projeto Ouro Negro), Rosineide Mendonça (GT CONATPA da Petrobras) e Gilson di Lucca e Mauro Cavalcante (Auditores Fiscais do Trabalho), com a Federação Nacional dos Petroleiros e Federação Única dos Petroleiros, sobre a redução de jornada e de salário implementado pela Petrobrás.
Conalis	· Realização de reunião com a categoria dos bancários, representada pela Contraf/CUT e Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região – SEEB- SP.

OE6 – Estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas

Responsável	Resultado em 2020
SRI	Agenda Legislativa do MPT: O grupo de acompanhamento legislativo, instituído pelo Procurador-Geral do Trabalho, com o apoio da Secretaria de Relações Institucionais e das Coordenadorias Temáticas vem trabalhando desde o começo de 2020 na elaboração da primeira Agenda Legislativa do Ministério Público do Trabalho, que tratará a relação de projetos em tramitação no Congresso Nacional quem de interesse da Instituição. A previsão de lançamento é início de 2021.
SRI	A SRI, com o apoio do Grupo de Acompanhamento Legislativo criado pelo Procurador-Geral do Trabalho e Coordenado pela Procuradora Janine Miranda, vem acompanhando de perto as atividades do Congresso Nacional a fim de contribuir com o aperfeiçoamento das normas relativas ao mundo do trabalho e ao MPT, bem como no intuito de manter um contato efetivo e permanente entre as Instituições.
SRI	Orçamento 2020: O Procurador-Geral do Trabalho, com apoio da Secretaria de Relações Institucionais, Procuradores-Chefes de diversas Regionais e de todos os Chefes dos Ramos do MPU, atuou no Congresso Nacional para viabilizar o aumento dos recursos orçamentários do MPT para o exercício de 2020.

SRI

Apoio às Coordenadorias Temáticas e Demais Membros

- Os Procuradores Marcio Amazonas e Lys Sobral, Secretário de Relações Institucionais e representante da Conaete, na primeira reunião da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo, que tem como objetivo realizar o diagnóstico e acompanhamento dos mecanismos institucionais, governamentais e de legislações de combate ao trabalho escravo, bem como discutir e aperfeiçoar políticas públicas para o enfrentamento de tal prática criminosa; - A Procuradora Ana Maria Villa Real, representando a Coordinfância, no debate sobre a Modernização da Lei da Aprendizagem promovido pelo Deputado Marco Bertoli (PSD-SP); - A Procuradora Silvana da Silva, representando a Coordigualdade, na audiência pública realizada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, para discutir sobre o Projeto de Lei 3.346/2019, que estabelece a liberdade religiosa no âmbito do trabalho; - O Procurador Afonso Rocha, representando a Conap, em reunião com o Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE), Presidente da Comissão Especial sobre improbidade administrativa, a fim de levar ao conhecimento do parlamentar importantes contribuições para o aperfeiçoamento da legislação; - O Procurador Tadeu Henrique Lopes da Cunha, representando a Conafret na audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debater a Mensagem nº 59/08 (Convenção 158/1982), sobre término da relação do trabalho por iniciativa do empregador; - O Procurador Ronaldo Lima dos Santos, representando a Conalis na audiência pública realizada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, para discutir sobre Reforma Sindical; - Os Procuradores Luciano Lima Leivas e Valesca de Moraes do Monte, representando a Codemat e o Procurador-Geral do Trabalho na audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, para debater sobre os Riscos das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador; - A Procuradora do Trabalho Janilda Guimarães de Lima em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para debater sobre os entraves para a regulamentação da avaliação biopsicossocial, a partir de uma equipe multidisciplinar; - A Vice-Procuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho, Maria Aparecida Gugel e a Procuradora Ludmila Reis Brito Lopes, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para debater sobre o Projeto de Lei do Senado 118/2011, que dispõe sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência; - Procuradora do Trabalho Ludmila Reis Brito Lopes na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara dos deputados para debater sobre Empresas que Promovem os Direitos das Pessoas com Deficiência;

Apoio às Coordenadorias Temáticas e Demais Membros

SRI

- O Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Alberto Bastos Balazeiro, a Secretaria de Relações Institucionais e Membros da Conafret reuniram-se virtualmente com o Deputado Fábio Trad (PSB/MS), Relator do Projeto de Lei 1665/2020, que dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), para levar ao conhecimento do parlamentar contribuições para o aperfeiçoamento da legislação elaboradas pela Conafret; - A Secretaria de Relações Institucionais e Membros da CODEMAT debateram sobre possíveis modificações na legislação atual sobre acidentes de trabalho baseados no caso de Brumadinho, em audiência virtual, com o Deputado Rogério Correia (PT/MG); - A Secretaria de Relações Institucionais em reunião virtual com Membros da CONATPA para tratar sobre as estratégias de atuação junto ao Congresso Nacional para aprovação com algumas modificações vislumbradas pela coordenadoria ao Projeto de Lei 4199/2020, que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar e altera a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004; - O Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Alberto Bastos Balazeiro, a Secretaria de Relações Institucionais e Membros da Conafret reuniram-se virtualmente com a Deputado Tabata Amaral (PDT/SP) para tratar sobre o Projeto de Lei 3748/2020, que institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda, cuja deputada é autora; - O Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Alberto Bastos Balazeiro, a Secretaria de Relações Institucionais e Membros da Coordinfância reuniram-se virtualmente com o Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) para tratar sobre o Projeto de Lei 3428/2020, que prevê o teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho à distância de pai ou mãe de família monoparental até a reabertura da creche ou escola dos filhos com até doze anos incompletos. O MPT aproveitou a oportunidade para apresentar uma nota técnica da Instituição sobre a matéria ao Senador que é o autor da proposição.

Atuação em matérias legislativas afetas ao ministério público do trabalho

- **MP 905/2019**: atuaram incessantemente, que contribuiu para o convencimento dos senadores da não aprovação desta Medida no Senado Federal, que por fim levou a retirada da MP por parte do Presidente da República. Um dos seus artigos tornava obrigatória a destinação dos valores dos Termos de Ajustamento de Conduta do MPT para um Programa gerido pelo Poder Executivo.

- **PL 6160/2019**: O Projeto de Lei ratifica a alteração sugerida pela MP 905/2019 foi objeto de atuação e manifestação do MPT, que teve êxito com a retirada da urgência por parte do Presidente da República, autor da matéria. O projeto aguarda instalação de comissão especial na Câmara dos Deputados e permanece sob vigilância constante da SRI.

- **PLP 39/2020**: O projeto estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus e alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal. O MPT logrou êxito em partes consideráveis do texto como a retirada do limite de gastos com pessoal, aposentados, pensionistas e terceirizados e imposto de renda, bem como exclusão das normas impeditivas de progressão na carreira e contagem para tempo de serviço, resultado de ações que envolveram a publicação de nota técnica e elaboração de sugestões de emendas e contato intenso com parlamentares.

- **MP 936/2020**: A Medida Provisória instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi aprovada no Senado Federal após intenso trabalho de negociação junto aos senadores e ao relator, Senador Vanderlan Cardosos (PSD-GO), que levou à exclusão dos artigos 27 e 32, que alteravam pontos importantes da CLT e legislações trabalhistas e previdenciárias em definitivo, a exemplo de jornada de bancários e correção monetária e juros de mora de ações e débitos trabalhistas. Já na Câmara dos Deputados a Instituição conseguiu avanços importantes com o acatamento por parte do Relator, Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), de emendas sugeridas pelo MPT sobre a infância e adolescência, aprendizagem, gestantes e pessoas com deficiência.

- **MP 927/2020**: A Medida Provisória 927/2020 estabelecia medidas trabalhistas para enfrentamento da pandemia. O MPT elaborou 3 notas técnicas (Geral, sobre intervalos em frigoríficos e sobre a suspensão de acordos judiciais e títulos executivos trabalhistas), diversas emendas, contatados inúmeros parlamentares chaves e realizada participação em diversas lives, o que deixou evidente o empenho da Gestão no enfrentamento da matéria. Por fim, resultando na decisão do Senado Federal de não votar a MP, levando assim a sua caducidade, o que tornou sem efeito, ao menos temporariamente, a prevalência do negociado sobre o legislado, a suspensão ou parcelamento dos acordos decisões trabalhistas, a diminuição do intervalo no trabalho em câmaras frias e todos os temas incluídos na medida ao longo de sua tramitação, a exemplo da nova tentativa de alteração da disciplina dos TAC's (art. 627-A, §§1º e 2º da CLT).

- **MP 945/2020**: A Medida Provisória dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar. O Procurador-Geral do Trabalho, acompanhado da Secretaria de Relações Institucionais e de Membros da CONATPA, se reuniu com Senador Wellington Fagundes (PL/MT), para discutir melhorias no texto da medida provisória em questão.

SRI

OE7 – Fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade

Responsável

Resultado em 2020

Público externo

- Demandas de imprensa recebidas e respondidas até 24 de novembro: 382. Em torno de 75 % dessas demandas estavam direta ou indiretamente relacionadas a pandemia da Covid-19
- Publicadas 597 matérias no Portal do MPT destinadas ao público interno (produzidas pela Ascom/PGT e pelas Ascoms das PRTs)

Publicações em redes sociais

- Postados 840 conteúdos no Instagram nacional
- Postados 840 conteúdos na Facebook nacional
- Postados 347 conteúdos no Twitter nacional

Ascom

Crescimento dos totais de seguidores em redes sociais:

- Instagram- De 97 mil em 1º de janeiro para 193 mil em 24 de novembro
- Facebook- De 519 mil em 1º de janeiro e 534 mil em 24 de novembro
- Twitter- De 16.531 seguidores em 1º de janeiro e 18.179 seguidores

Público interno

- Produzidas e publicadas 47 matérias na Intranet
- Produzidos e distribuídos por mailing para membros e servidores 19 conteúdos informativos
- Distribuído para membros e servidores, em todos os dias úteis, seleção das matérias mais importantes do dia nas quais o MPT é pelo menos citado. Às segundas, são incluídas matérias do domingo

OE 9 - Otimizar a gestão orçamentária e financeira, assegurando a execução da estratégia

Responsável

Resultado em 2020

DG

Aquisição de 2.622 novos computadores de mesa (desktops), renovando todo parque do MPT com mais de 08 anos de uso. Também foram adquiridos 1.746 novos monitores
O investimento total foi de R\$ 10.560.650,00

DG

Aquisição de 104 novos veículos, sendo 36 modelo Cruze Sedan, 44 modelo Jeep Compass Trailhawk e 24 modelo Chevrolet Spin
O investimento total foi de de R\$ 13.700.503,80.

OE11 – Desenvolver a Política de Gestão de Pessoas

Responsável	Resultado em 2020
GAB VICE	Acompanhamento pelo CEGEP da execução do plano de capacitação e planejamento de ações para o ano de 2021: Realizada a execução integral do orçamento destinado à capacitação de pessoas, com atendimento de grande parte das demandas institucionais e planejamento de ações estruturada para o ano de 2021.
GAB VICE	Estudos pelo CEGEP sobre a viabilidade de continuidade do programa de mentoria para membros(as) recém-ingressos(as) na instituição: Encaminhado à Corregedoria do MPT as conclusões sobre a inviabilidade do programa de mentoria da forma como implementado, para avaliação e adoção de medidas da alçada daquele Órgão.
GAB VICE	Articulação pelo CEGEP para a implementação de medidas voltadas à construção de um banco de talentos e promoção aproveitamento qualitativo da força de trabalho: Realizadas pesquisas e contatos/visitas a outras instituições para avaliação dos melhores modelos e práticas. Definido com o CETI a produção de sistema próprio para atender a demanda.
GAB VICE	Fomento e articulação para a estruturação e realização de atendimento de membros(as) e servidores(as) voltados à atenção psicossocial: Publicada portaria que prevê o atendimento do serviço social do Ministério Público do Trabalho a membros(as) e servidores(as), bem como seus familiares, durante o período da pandemia do COVID-19 por meio de atendimento remotocom foco na assistência à saúde e acompanhamento funcional
GAB VICE	Apoio do CEGEP para a promoção de atividades de integração e compartilhamento em unidades do MPT: Realizados atendimentos à demandas das PRTs com reuniões locais de profissionais da equipe de saúde e assistência social com membros(as) e servidores(as) das unidades
GAB VICE	Fomento e encaminhamentos pelo CEGEP quanto às análises e conclusões dos estudos de absenteísmo na instituição: Promovida a apresentação de relatório à administração superior para ciência do quadro de absenteísmo na instituição, suas principais causas e campos de atuação para soluções.
GAB VICE	Acompanhamento e suporte do CEGEP às ações desenvolvidas pela equipe multiprofissional: Realizadas e acompanhadas ações da equipe multiprofissional em atendimento às demandas recebidas de unidades do MPT em todo o país.
GAB VICE	Avaliação e encaminhamentos pelo CEGEP quanto aos estudos feitos e demandas relativas à licença-parental: Realizados estudos e avaliações quanto aos encaminhamentos feitos pela instituição para a implementação da licença parental, concluindo-se, ao final, que a demanda já se encontra abarcada em projetos de lei em curso no legislativo. Encaminhamento à Secretaria de Relações Interinstitucionais - SRI, para acompanhamento desses projetos.

GAB VICE	Fomento e acompanhamento pelo CEGEP de pesquisas quantitativas e qualitativas e propostas de regulamentação do instituto do teletrabalho: Realizada pesquisa em parceria pela Universidade de Brasília - Unb, com apresentação de relatório de avaliação, inclusive o relativo ao período da pandemia. Produzidos estudos e minutas de regulamentação da matéria, ainda em fase de análise e aprimoramento.
----------	---

DAIS	Vacinação de membros e servidores
------	-----------------------------------

DAIS	Telemedicina, fomento do CEGEP
------	--------------------------------

DAIS	Atuação multiprofissional, fomento do CEGEP
------	---
